

Relações Internacionais e Movimentos Antissistêmicos no Sistema-Mundo Contemporâneo

Charles Pennaforte
Enzo Fiorelli Vasques
(Organizadores)

Vanessa Braga Matijascic
Thomas Henrique de Toledo Stella
Edson Zuca Campanha
Felipe Amin Filomeno
Ana Maria Schenegoski
Edu Silvestre de Albuquerque
Ricardo Luigi

2014



Copyright © 2014, Ana Maria Schenegoski, Edu Silvestre de Albuquerque, Edson Zuca Campanha, Felipe Amin Filomeno, Ricardo Luigi, Thomas Henrique de Toledo Stella, Vanessa Braga Matijascic.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 12/02/1998.

Proibida a reprodução total ou parcial sem a autorização expressa escrita pelo autor ou editores. Publicação sem fins lucrativos.

2014

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

- P412m Pennaforte, Charles [et al]
Movimentos antissistêmicos no sistema-mundo contemporâneo. /
Charles Pennaforte; Enzo Vasques Fiorelli. – Rio de Janeiro: Cenegri,
2014.
ISBN 978-85-61336-18-9
259 f. : il. mapas, gráficos, tabelas.
1. Relações internacionais. 2. Política internacional. 3.
Movimentos antissistêmicos. I. Título. II. Pennaforte, Charles. III.
Fiorelli, Enzo Vasques.

CDU 327

Catálogo na publicação: Rodrigo da Costa Aglinskas – CRB 8/8440

Índices para catálogo sistemático:

1. Relações internacionais 327

Revisão dos Textos: Autores

Capa: Cenegri Edições

Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais – CENEGRI

CNPJ 06.984.953/0001-18

<http://www.cenegri.org.br>

Rua Dois de Dezembro, 38 Grupo 602-603 -Flamengo - Rio de Janeiro

CEP 22220-040

Tel: ++ 55 21 2195-1315 Fax: ++ 55 21 2195-1301 Brasil

Cenegri Edições

<http://www.cenegri.org.br/lojaonline>

**A Dialética entre Globalização
Hegemônica e Contra-Hegemônica
na Cadeia Mundial da Soja**

Por Felipe Amin Filomeno

1. Introdução

Neste trabalho, meu objetivo é mostrar a dialética entre globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica no sistema-mundo capitalista. Como foco de observação deste processo dialético, escolhi a transnacionalização do agronegócio da soja do Brasil para o Paraguai e para o Moçambique e a onda transnacional de resistência camponesa que acompanha aquela transnacionalização. Minha análise se baseia principalmente na literatura acadêmica pertinente, em documentos oficiais e em material jornalístico sobre o assunto.

No sistema-mundo capitalista, a crescente integração das relações sociais em nível global não é um processo socialmente neutro e tecnicamente determinado pelos avanços nas tecnologias de transporte e comunicação. Desde a expansão ultramarina européia, elites estatais e empresariais estabeleceram relações de exploração econômica, dominação política e subjugação cultural ao redor do mundo, forjando uma divisão mundial do trabalho, um sistema de Estados nacionais e uma geocultura sistêmica organizados hierarquicamente. Este processo de expansão - que chamamos aqui de "globalização hegemônica" - implica a concentração de seus benefícios nas mãos de elites situadas principalmente em regiões centrais e a externalização de seus custos para estratos sociais subalternos situados principalmente em regiões periféricas do sistema mundial. O padrão de desenvolvimento desigual do sistema-mundo capitalista despertou a resistência daqueles grupos subalternos, os quais passaram a formar "movimentos anti-sistêmicos". Embora não tenham acesso a tantos recursos materiais e ideológicos quanto os atores hegemônicos, estes movimentos também tem procurado se organizar globalmente em sua resistência

contra o capitalismo. Evans (2008, p. 272) utiliza o termo “globalização contra-hegemônica” para se referir a este “projeto de transformação organizado globalmente, que objetiva substituir o regime global dominante (hegemônico) por outro que maximize o controle político democrático e priorize o desenvolvimento equitativo das capacidades humanas e a proteção do meio-ambiente” (tradução livre).

Historicamente, esta dialética entre globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica esteve bastante presente na agricultura. Para Wallerstein (2012, p. 12), “a mudança mais importante imposta pelo moderno sistema-mundo é que este estabeleceu [...] regras [...] pelas quais um indivíduo ou uma entidade corporativa poderiam “possuir” terra completamente” (tradução livre, ênfase adicionada), isto é, a propriedade privada da terra. Na maior parte das vezes, o título de propriedade da terra era adquirido através da simples tomada da terra, o que, às vezes, ocorria com a autorização legal de um governante (Wallerstein, 2012, p. 12). Frequentemente, a terra tomada como propriedade privada havia sido anteriormente utilizada por outras pessoas, para outros propósitos, sob direitos costumeiros. Estas pessoas foram expulsas da terra ou nela permaneceram em condição subordinada à pessoa que passou a deter o título de propriedade (Wallerstein, 2012, p. 12). Este processo ocorreu dentro da Europa (por exemplo, os “cercamentos” de terras comunais na Grã-Bretanha do século XVIII) e marcou o colonialismo europeu nas Américas, na África e na Ásia (por exemplo, as capitânicas hereditárias e sesmarias no Brasil colonial). Entretanto, conforme afirma Harvey (2012, p. 121; 129), este processo de “acumulação via espoliação” da terra (que Marx chamou de “acumulação primitiva”) permanece forte até os nossos dias, especialmente “a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação [de capital]

que surgiram no âmbito da reprodução expandida [do capital]”.

Em função de seu caráter socialmente excludente, este processo de “acumulação via expropriação” no meio rural despertou a resistência de comunidades indígenas e camponesas, que tradicionalmente utilizavam as terras que passaram a ser privatizadas. Indivíduos destas comunidades começaram a se organizar em movimentos sociais que proclamavam o direito moral e político de ocupar terras usurpadas, especialmente se a terra em disputa não era usada ativamente ou se o detentor do título de propriedade não residia próximo a ela (Wallerstein, 2012, p. 13). As demandas destes movimentos perante os Estados e suas ações de ocupação de terras levaram a conflitos - muitas vezes violentos - com os latifundiários e as forças armadas (estatais e privadas) que os protegem. Tais conflitos não se dão apenas em torno da propriedade da terra, mas também de seu uso. Os agentes capitalistas que privatizam a terra tendem a utilizá-la para a especulação, o rentismo ou para monoculturas orientadas para a obtenção de lucro e envolvendo alto grau de degradação ambiental. Em contraste, os movimentos sociais rurais e indígenas defendem o uso da terra sob o princípio da “soberania alimentar”, definido como o “direito dos povos à alimentação saudável e culturalmente apropriada produzida através de métodos ecologicamente sustentáveis e seu direito de definir seus próprios sistemas de agricultura e alimentação. [...] Soberania alimentar implica novas relações sociais livres de opressão e desigualdade entre homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes econômicas e sociais e gerações” (Nyéléni Forum for Food Sovereignty 2007, tradução livre). Com o passar do tempo, estes movimentos sociais defensores da “soberania alimentar” se organizaram transnacionalmente para se fortalecer diante do caráter transnacional do agronegócio e dos

processos de acumulação por espoliação. Hoje, um dos principais movimentos sociais do mundo é a Via Campesina, uma coalizão transnacional criada em 1993 que hoje engloba mais de 148 movimentos sociais rurais e indígenas localizados em 69 países (Wittman, 2011, p. 87). A Via Campesina representa o campesinato mundial em seu projeto contra-hegemônico baseado na soberania alimentar e promovido em oposição à globalização hegemônica da agricultura capitalista (Vieira, 2008; Vieira, 2012).

No restante deste trabalho, vou mostrar que: (1) a expansão do agronegócio da soja no Brasil através da acumulação por espoliação gerou populações e capitais excedentes que passaram a ser transferidos primeiro do sul para o centro-oeste do país, depois para o Paraguai e, mais recentemente, para o Moçambique; (2) esta expansão deu origem a movimentos sociais formados por comunidades indígenas e camponesas expropriadas no Brasil, Paraguai e Moçambique, os quais passaram a se organizar transnacionalmente em sua resistência contra o agronegócio da soja. Do ponto de vista teórico, a tese que orienta esta exposição é a de que a acumulação por expropriação em nível transnacional (processo de globalização hegemônica) provoca o surgimento de laços de solidariedade transnacional entre movimentos sociais que se opõem à expropriação (processo de globalização contra-hegemônica). Trata-se de uma aplicação, para o caso da transnacionalização do agronegócio da soja do Brasil para o Paraguai e Moçambique, da tese desenvolvida por Silver (2003) sobre a dinâmica da acumulação de capital e do movimento trabalhista em nível histórico-mundial. De acordo com Silver (2003, p. 38-39), grandes empresas capitalistas respondem a crises de lucratividade associadas a ondas de protestos trabalhistas deslocando seu capital para outras regiões, o que enfraquece o movimento trabalhista no local de onde o capital se

retirou, mas fortalece o movimento trabalhista onde o capital chega. No caso que analiso aqui, o deslocamento do capital e de populações excedentes do meio rural do sul do Brasil para o centro-oeste do país e, depois, para o Paraguai e para o Moçambique, aliviou tensões econômicas e sociais nos locais de origem daqueles fluxos de capital e populações mas tem agudizado tensões econômicas e sociais em seus locais de destino. Mais do que isto, este processo forja laços de solidariedade transnacional entre movimentos camponeses e indígenas situados nos três países, alimentando a globalização contra-hegemônica promovida pela Via Campesina.

2. Transnacionalização do agronegócio da soja e da mobilização camponesa-indígena do Brasil para o Paraguai (1960s-2010s)

Nos anos 1960, teve início um fluxo migratório de populações do meio rural brasileiro para o leste do Paraguai, o qual esteve associado à transnacionalização da sojicultura brasileira. Do lado da oferta (Brasil), a expansão do agronegócio de larga escala, intensivo em capital e orientado para exportação, vinha eliminando pequenos proprietários e trabalhadores rurais do campo brasileiro, que passaram a migrar para outras áreas. Do lado da demanda (Paraguai), as políticas de modernização da agricultura e de colonização das terras férteis, desocupadas e comparativamente baratas do leste do Paraguai atraíam os contingentes populacionais do êxodo rural brasileiro. Primeiramente, trabalhadores rurais sem-terra vinham do norte e nordeste do Brasil para trabalhar no Paraguai com extração de madeira,

preparação de terra para agricultura e produção rural de subsistência, já que muitos não tinham recursos para adquirir suas próprias terras e, posteriormente, voltavam a migrar para outras áreas. Em seguida, nos anos 1970, uma segunda onda de migrantes foi formada principalmente por produtores rurais do sul do Brasil, onde o agronegócio da soja expandia com rapidez. Muitos destes produtores rurais conseguiram vender suas pequenas e médias propriedades no Brasil e usaram os recursos provenientes para adquirir grandes propriedades no Paraguai, onde passaram a cultivar, principalmente, soja. É justamente neste período que a soja passa a figurar nas estatísticas oficiais da agricultura paraguaia.

Entretanto, a transnacionalização da sojicultura brasileira para o Paraguai associada a aquele fluxo migratório não ocorreu ao livre sabor das forças de mercado, tendo sido estimulada por políticas públicas de ambos os países, inclusive pelas políticas externas bilaterais adotadas pelos Estados brasileiro e paraguaio. Em 1954, um golpe militar deu início à ditadura do General Alfredo Stroessner no Paraguai. Em 1963, Stroessner criou o Instituto de Bem-Estar Rural (IBR) para administrar a colonização e o desenvolvimento rural dos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú, no leste paraguaio. No mesmo ano, o Estado paraguaio aboliu a regra estabelecida no Estatuto Agrário de 1940 que proibia que estrangeiros comparassem terras a menos de 100 quilômetros das fronteiras (Glaser 2009, p. 37). O IBR ofereceu terra fértil e barata a agricultores que desejavam migrar para a região, incluindo os brasileiros (Figueredo e Miguel 2006, p. 1). Para o governo paraguaio, os agricultores brasileiros eram mais produtivos do que os locais, pois tinham acendência europeia e dominavam técnicas modernas de cultivo (Figueredo e Miguel 2006, 6-8). Agricultores brasileiros ainda se beneficiaram de crédito fácil oferecido pelo Banco Nacional de Fomento do Paraguai

e da baixa carga tributária no país vizinho (Chiavenato 1980, p. 77; CEP 1985).

A política externa de Stroessner enfatizava a cooperação com o Brasil como meio de reduzir a dependência política e econômica do Paraguai em relação à Argentina (Costa 2009: 4). A aproximação com o Brasil expandiria o mercado para exportações paraguaias e facilitaria o acesso ao Oceano Atlântico através dos portos brasileiros (Costa 2009, p. 4). Para o Estado brasileiro, laços mais fortes com o regime de Stroessner eram estratégicos para contra-balancear a influência regional da Argentina, para expandir o mercado para exportações brasileiras e para aliviar conflitos por propriedade de terra no Brasil através da emigração de agricultores brasileiros para o país vizinho. A emigração ficou mais fácil depois de 1965, com a conclusão da Ponte da Amizade sobre o rio Paraná, que passava a conectar as cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Cidade do Leste, no Paraguai.

Em 1975, os Estados brasileiro e paraguaio - ambos sob ditaduras militares - assinaram o Tratado de Amizade e Cooperação, o qual consolidou a cooperação bilateral em diversas áreas. Em relação à agricultura, o tratado determinou que ambos os países trocariam informação e experiência, oferecendo assistência recíproca em técnicas e produção agrícola, assim como celebrando acordos de comércio sobre agricultura e pecuária com o objetivo de promover a complementariedade de seus sistemas nacionais de produção e garantindo acesso a seus respectivos mercados e recursos (artigo VIII do tratado). Também em 1975, os dois Estados iniciaram a construção da usina hidroelétrica de Itaipu sobre o rio Paraná. A inundação de grandes áreas para o estabelecimento da usina provocou o deslocamento de vários pequenos produtores do Estado brasileiro do Paraná, o que contribuiu para aumentar o fluxo

migratório para o Paraguai (Seitenfus 2008, p. 10-11). A obra foi concluída em 1982 e hoje Itaipu é a maior usina hidroelétrica do mundo em geração de energia. Para o Estado brasileiro, a migração de trabalhadores e pequenos proprietários rurais para o Paraguai contribuía não apenas para aliviar conflitos por terra no Brasil, mas também para garantir a segurança nacional com o povoamento de regiões fronteiriças (Sprandel 2006: 146).

Nos anos 1980, a própria expansão do agronegócio capitaneado por brasileiros no Paraguai passou a expulsar trabalhadores e pequenos proprietários rurais daquele país, gerando um refluxo migratório para o Brasil. É neste momento que surge o termo "brasiguai", em referência a populações rurais de origem brasileira vivendo em condições precárias nas fronteiras dos dois países e que passaram a demandar a reforma agrária junto a movimentos sociais rurais no Brasil. Foram movimentos sociais rurais e pastorais da Igreja Católica que organizaram o retorno massivo de "brasiguaios" ao Brasil naqueles anos. Neste processo, forjaram-se articulações transnacionais entre movimentos sociais, como as entre a Mesa Coordenadora Nacional das Organizações Camponesas do Paraguai (MCNOC) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra brasileiro (MST), um dos principais membros da Via Campesina (Seitenfus 2008, p. 13; Priori e Klauck 2010, p. 96; 99). Em 1987, Brasil e Paraguai assinaram o Acordo de Cooperação Técnica, que passou a servir de base para programas de cooperação entre os dois países, incluindo o setor agrícola. Em 1991, o advento do Mercosul aprofundou a integração dos dois países. A abertura de novos mercados estimulou a produção agropecuária no Paraguai, especialmente a de soja e carne bovina para exportação (Ginesta et al. 1999). Com isso, em 1990, o fluxo migratório de brasileiros para o Paraguai foi retomado, sob a liderança de grandes proprietários rurais

brasileiros, que atualmente expandem a fronteira da sojicultura em direção ao oeste do Paraguai.

Através das sucessivas ondas migratórias de brasileiros para o Paraguai formou-se, neste país, um enclave de monocultura e pecuária de exportação controlado por estrangeiros e subordinado a empresas transnacionais que fornecem insumos agrícolas e realizam o processamento e a exportação da soja. Até o financiamento da produção agrícola é, em grande parte, feito por instituições financeiras de origem brasileira (Banco do Brasil, Interbanco e o Banco Integración) (Veja, 04/05/2005). Ao longo das décadas, este enclave gerou substancial crescimento econômico: a soja é o principal produto exportado a partir do Paraguai (se excluída a energia elétrica de Itaipu) e o país é hoje o quarto maior exportador de soja no mundo. Porém, a expansão do enclave tem causado degradação ambiental (com a eliminação de florestas, redução da biodiversidade e contaminação por fumigações de herbicidas), concentração de renda (tendo em vista que a sojicultura gera pouco emprego, contribui pouco para as receitas tributárias e tende a expandir-se em propriedades rurais de maior escala) e aumento da insegurança alimentar (com a fragilização da agricultura familiar produtora de alimentos para o mercado local e a pobreza gerada pela expulsão de camponeses do meio rural) (Fogel e Riquelme, 2005).

Uma das principais consequências da expansão do agronegócio no Paraguai - especialmente da monocultura de soja de larga escala para exportação controlada por capital de origem brasileira - tem sido a concentração da propriedade fundiária no país, que leva ao êxodo rural e à intensificação dos conflitos por terra. O Censo Agropecuário do Paraguai de 1991 indicava que as unidades rurais maiores que 1000 hectares correspondiam a 1% do número total de

unidades rurais e a 77% de sua superfície total. O Censo Agropecuário do Paraguai de 2008 indicava que as unidades rurais maiores que 1000 hectares correspondiam a 1,6% do número total de unidades rurais e a 79% de sua superfície total. Logo, houve um agravamento da concentração da propriedade de terra no país, que já era historicamente elevada. A relação da concentração fundiária com a expansão da sojicultura é direta, pois este foi um período de grande aumento da produção de soja no país, especialmente em grandes propriedades (Fogel 2005, p. 48). A produção de soja só é rentável em grande escala, razão pela qual não é tipicamente cultivada em unidades de agricultura familiar, mas sim em propriedades modernas e empresas rurais com alto nível de tecnologia e, na maior parte, controladas por estrangeiros (Mora 2006, p. 347). Dados do Censo Agropecuário do Paraguai de 2008 indicam que 73% da superfície cultivada no país estava então ocupada por soja (totalizando 2.463.510 hectares).

Segundo Glauser (2009, p. 49), pelo menos metade das áreas ocupadas por monocultivo de soja no Paraguai correspondem a terras campesinas que foram expropriadas por diferentes meios (camponeses e indígenas foram literalmente expulsos ou venderam ou alugaram suas propriedades para latifundiários). Desde o boom da soja em 1990, quase cem mil pequenos produtores rurais foram forçados a migrar para as cidades; cerca de nove mil famílias rurais são expelidas pela sojicultura a cada ano (Palau et al. 2007). A concentração fundiária e o conseqüente êxodo rural tem provocado conflitos sociais entre, de um lado, movimentos sociais rurais e comunidades indígenas, e de outro, latifundiários, estes frequentemente amparados por forças policiais e militares do Estado para proteger a propriedade (Fogel 2005, p. 87-8). Tais conflitos se intensificaram com a redemocratização do Paraguai nos anos 1990. Movimentos sociais rurais e indígenas

passaram a questionar a política de distribuição de terra implementada dos anos 1950 até 1989 pelo ditador Alfredo Stroessner e a promover invasões de terra, as quais são respondidas com violência por grandes latifundiários. Entre os atores envolvidos nos conflitos está o Exército do Povo Paraguaio (EPP), um grupo guerrilheiro de orientação marxista que tem crescido com o suporte de camponeses empobrecidos pela expansão de latifúndios de soja e pecuária (New York Times, 13/11/2013).

Parte considerável das invasões de propriedades rurais promovidas por movimentos sociais no Paraguai se dá em terras em posse de latifundiários de origem brasileira e tem o sentido declarado de retomada da terra e dos recursos naturais do país do controle estrangeiro. Isto não significa que tais movimentos são xenófobos. Um dos principais dirigentes da Liga Nacional de Carperos (LNC), um dos maiores movimentos sem-terra paraguaios, José Rodríguez disse a BBC Brasil que “Não somos contra os brasileiros legalmente estabelecidos no Paraguai, mas sim contra a outorga ilegal de terras a estrangeiros [...] lamentavelmente os brasileiros são a maioria entre esse grupo [...] Eles se assumem como brasileiros ou paraguaios conforme a conveniência. E tentam difundir a falsa idéia de que somos xenófobos (Fátimanews, 27/06/2012). Movimentos indígenas e sem-terra paraguaios agem sob a justificativa de que a distribuição de terras feita sob Stroessner foi ilegítima e permitiu que parte substancial do território nacional do Paraguai se tornasse, na prática, estrangeira. Em 2005, as pressões dos movimentos sociais levaram o Estado paraguaio a criar uma lei de “segurança fronteiriça”, que proíbe a venda de terras a estrangeiros oriundos de países limítrofes numa faixa de 50 quilômetros da fronteira (Fabrini 2012). Esta tentativa de re-nacionalizar o território paraguaio esbarra, no entanto, no fato de que a lei não estabelece

controles sobre a titulação em favor de indivíduos ou empresas estrangeiras não oriundos de países limítrofes.

Nos anos mais recentes, invasões de latifúndios de produtores de origem brasileira no Paraguai e pressões populares por reforma agrária no país passaram a condicionar a política bilateral brasileiro-paraguaia. A lei de segurança fronteiriça gerou insegurança entre brasileiros, muitos dos quais adquiriram terras antes de 2005 mas não tem a propriedade regularizada (Veja, 04/05/2005). Em 2008, para ajudar os brasileiros com problemas fundiários no Paraguai a regularizarem a posse de suas terras, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Brasil (INCRA) estabeleceu uma cooperação técnica com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra do Paraguai (INDERT) (Costa 2009, p. 8-9). Atualmente, a própria embaixada brasileira em Assunção tem um setor especializado em assuntos fundiários. Também em 2008, o presidente brasileiro Lula da Silva regulamentou, por decreto, o Sistema Nacional de Mobilização. O decreto define como "agressão estrangeira" as "ameaças ou atos lesivos à soberania nacional, à integridade territorial, ao povo brasileiro ou às instituições nacionais, ainda que não signifiquem invasão do território nacional", definição que poderia incluir agressões a latifundiários brasileiros e suas propriedades em território paraguaio. Em outubro de 2008, o exército brasileiro conduziu na fronteira com o Paraguai a Operação Fronteira Sul II, envolvendo exercícios com aviões, tanques, barcos e munição real. Na Assembléia Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), o então presidente paraguaio Fernando Lugo insinuou que a operação teve como objetivo demonstrar aos paraguaios que o Brasil dispunha de poder militar para garantir seus interesses na região. Segundo Lugo, o Brasil estaria disposto a aceitar as demandas paraguaias por melhores termos na venda da energia elétrica gerada em Itaipu se o Estado paraguaio

garantisse a segurança dos produtores rurais brasiguaios (Zibechi 2008).

Na Cúpula Iberoamericana de 2008, para melhorar relações diplomáticas abaladas pela Operação Fronteira Sul II, o presidente Lula agradeceu ao presidente Lugo por este ter afirmado que o Estado paraguaio protegeria os direitos dos brasiguaios, principalmente na zona de São Pedro, onde brasileiros ocupam grandes extensões de terra (Ultima Hora, 31/10/2008). Entretanto, no início de 2009, o chanceler brasileiro Celso Amorim - num documento de resposta a um requerimento do deputado brasileiro Raul Jungmann - afirmou que os conflitos por terra no Paraguai haviam se acirrado após a eleição de Lugo para a presidência, que as promessas de reforma agrária de Lugo não se concretizaram e que os brasiguaios continuavam em "situação jurídica precária" (Folha de São Paulo, 11/01/2009).

Os desentendimentos diplomáticos em torno da questão brasiguai e de Itaipu não impediram a realização de projetos bilaterais de cooperação. Na área agrícola, o número de acordos de cooperação entre os dois Estados firmados nos anos 2000 foi elevado para o padrão histórico das relações bilaterais. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) registrou dez projetos bilaterais de cooperação técnica em agricultura entre 2005 e 2012¹. Embora sete dos dez projetos fossem voltados ao desenvolvimento da agricultura familiar no Paraguai, os outros três apoiavam diretamente o agronegócio de exportação. Por exemplo, entre abril de 2007 e abril de 2010, a EMBRAPA - empresa estatal brasileira de pesquisa agrícola e pecuária - realizou programa de capacitação técnica de pesquisadores paraguaios nas principais

¹ Resultado obtido através do mecanismo de busca disponível no website da ABC (<http://www.abc.gov.br>), acessado em 14/01/2014.

cadeias produtivas do agronegócio do Paraguai². A EMBRAPA tem interesses diretos na sojicultura paraguaia, em função do largo uso de sua tecnologia de sementes de soja no país vizinho. Em 2001, um técnico da empresa afirmou que 48% das cultivares de soja utilizadas no Paraguai havia sido desenvolvidas pela EMBRAPA, mas estavam no domínio público por terem sido lançadas antes do Brasil aprovar lei de proteção à propriedade intelectual em variedades vegetais. Naquele ano, a EMBRAPA registrou cinco variedades de soja utilizadas no Paraguai e passou a cobrar royalties por sua utilização no país. A empresa também instituiu um representante legal junto ao governo paraguaio para conduzir negociações na área de propriedade intelectual sobre sementes (Folha On Line, 02/02/2001). Em maio de 2007, os governos dos dois países firmaram acordo para o desenvolvimento de biocombustíveis no Paraguai, não envolvendo a ABC e incluindo a criação de um grupo de trabalho bilateral³. Este projeto é o mais ambíguo em sua orientação social, pois, embora trate de monoculturas de matérias-primas para biocombustíveis exportáveis (especialmente a cana-de-açúcar), também contempla a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva de biocombustíveis.

O Estado brasileiro também apóia a expansão do agronegócio no Paraguai através do Mercosul. O Brasil contribui com 70% dos recursos do FOCEM (Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul). Com base em

² Projeto denominado no website da ABC como "BRA/04/044-S070 - Capacitação técnica de pesquisadores nas principais cadeias produtivas do agronegócio do Paraguai" (acesso em 14/01/2014).

³ O acordo é denominado "Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Estabelecimento de Plano de Ação para o Desenvolvimento dos Biocombustíveis no Paraguai" e está disponível no website da Divisão de Atos Internacionais do Ministério de Relações Exteriores do Brasil (<http://dai-mre.serpro.gov.br/>, acesso em 14/01/2014).

decisão firmada em 2007 pelo bloco regional, o Paraguai é o principal beneficiário do fundo, recebendo 48% dos recursos iniciais. Entre os primeiros projetos financiados pelo FOCEM, estão o Laboratório de Biossegurança e Fortalecimento do Laboratório de Controle de Alimentos do Paraguai (US\$4,8 milhões), o Mercosul livre de Febre Aftosa, voltado para a pecuária (US\$ 16,3 milhões), e projetos de infra-estrutura viária no Paraguai que visam, entre outros objetivos, facilitar o escoamento da produção agrícola⁴.

Em junho de 2012, os conflitos por terra no Paraguai levaram à deposição do presidente Lugo. Em maio daquele ano, cerca de 150 manifestantes sem-terra ocuparam propriedade rural em Curuguaty sob posse do ex-senador colorado Blas Riquelme. Uma decisão judicial motivada por pedido de Riquelme ordenou operação com cerca de 300 policiais para remoção dos invasores, que resultou na morte de 6 policiais e 11 manifestantes e dezenas de feridos. O deputado opositor Luis Gneiting apresentou então no parlamento uma proposta de julgamento político de Lugo por responsabilidade na tragédia. O pedido foi aceito e o presidente foi destituído por maioria senado paraguaio em um julgamento de apenas 24 horas. No lugar de Lugo, assumiu o vice-presidente Federico Franco. A UNASUL e o Mercosul consideraram o julgamento ilegítimo e contra as regras democráticas, levando à suspensão do Paraguai das duas organizações regionais, com o apoio do Brasil.

Os proprietários rurais brasiguaios, que acusavam Lugo de favorecer as invasões de terras, apoiaram Franco logo após este assumir a presidência e pediram à presidente do Brasil Dilma Rousseff que fizesse o mesmo (ABC Color, 17/04/2013). Marilene Sguarizi, advogada representante de brasiguaios, declarou, após reunião com Franco em

⁴ Informações obtidas no website do FOCEM/Mercosul (<http://www.mercosur.int/focem/>, acesso em 28/05/2014).

junho de 2012, que o novo presidente afirmara que precisava do apoio dos brasiguaios para que seu governo fosse reconhecido pelo Estado brasileiro (BBC, 27/06/2012). Um grupo de brasiguaios e senadores paraguaios viajou no mesmo mês para Brasília para se reunir com parlamentares brasileiros e solicitar o reconhecimento oficial brasileiro da administração Franco (BBC, 27/06/2012). Na política agrária interna, Franco adotou orientação contrária aos interesses camponeses, revertendo a posição de Lugo e autorizando rapidamente o plantio de algodão transgênico e defendendo lei que permite vender a preço de mercado terras que seriam destinadas à reforma agrária (Folha de São Paulo, 23/08/2012). Declarações positivas do governo brasileiro ao governo paraguaio, no entanto, vieram apenas com a substituição de Franco por Horacio Cartes nas eleições de meados de 2013. Sob Cartes, as políticas domésticas e bilaterais de apoio à sojicultura devem persistir, tendo em vista a ligação histórica de seu partido político (o Partido Colorado) às elites rurais do país. Já em dezembro de 2013, representantes da administração de Cartes solicitaram ao Brasil agilidade no transporte de soja exportada do Paraguai por via fluvial através do Brasil (La Nacion, 31/12/2013).

Em suma, a expansão transnacional do agronegócio da soja do Brasil para o Paraguai, ocorrida desde os anos 1960, levou consigo conflitos sociais por terra e recursos naturais, forjou laços transnacionais entre movimentos sociais brasileiros e paraguaios e passou a gerar problemas para a política bilateral entre os dois países. Os Estados brasileiro e paraguaio, que haviam contribuído de diversas formas para a transnacionalização da sojicultura, passaram a sofrer pressão de organizações camponesas e indígenas dos dois países, as quais foram parcialmente atendidas através de projetos de cooperação técnica voltados à agricultura familiar e na

oposição oficial brasileira à destituição do presidente Lugo (que havia sido apoiada por latifundiários brasiguaios).

3. Transnacionalização do agronegócio da soja e da mobilização camponesa-indígena do Brasil para o Moçambique (2010s)

A soja não é um cultivo nativo do Moçambique. Apenas nos últimos anos, a sojicultura começou a ser explorada no país. No banco de dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), não há sequer dados estatísticos sobre esta produção no país⁵. A TechnoServe - organização não-governamental sem fins lucrativos trabalhando com agricultura no Moçambique desde 1998 - estima que a produção total de soja no Moçambique na safra 2011/12 foi de pelo menos 32.000 toneladas, cultivadas em cerca de 30.000 hectares por cerca de 27.000 agricultores, "na sua grande maioria de pequena escala, mas já incluindo também 15 empresas agrícolas de média dimensão" (TechnoServe 2012, p. 2). A mesma organização reporta que a produção em 2011/12 foi "mais de 4 vezes a verificada há duas campanhas, as áreas de cultivo são 3,5 vezes as então realizadas, e há quase 3,5 vezes agricultores envolvidos na cultura da soja" (TechnoServe 2012, p. 2), o que mostra a rápida expansão da cultura no país. Este crescimento, no entanto, não tem ocorrido à livre operação das forças de mercado. Organizações não-governamentais sem fins lucrativos transnacionais (como a TechnoServe), o governo nacional do

⁵ Disponível em <http://faostat.fao.org>, acessado em 14/03/2014.

Moçambique e Estados estrangeiros (como o Brasil) tem implementado no país diversos programas de apoio à sojicultura⁶.

Em 2011, o governo do Moçambique ofereceu, em regime de concessão, 6 milhões de hectares para produtores rurais brasileiros cultivarem soja, algodão e milho no norte do país. A concessão seria por 50 anos, renováveis por mais 50, mediante o pagamento de um imposto módico equivalente a R\$21 por hectare por ano. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo em agosto de 2011, o presidente da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão, Carlos Augustin, afirmou que a terra é "caríssima em Mato Grosso", onde é "impossível obter licença de desmate e limpeza de área"; afirmou ainda que no Moçambique há "terra de graça" e com "frete muito mais barato para a China" (Folha de São Paulo, 14/08/2011). A declaração sugere que o aumento no custo da terra (resultado da própria acumulação de capital no meio rural) e as regulações ambientais no Brasil, assim como a proximidade geográfica do maior importador mundial de soja (a China), tem estimulado a exportação de capital do agronegócio brasileiro para o Moçambique. Na mesma entrevista, Augustin afirmou que o governo moçambicano demanda que 90% da mão-de-obra a ser empregada no país seja da população local. O governo de Moçambique isentará de impostos a importação de equipamentos agrícolas. Segundo o ministro da agricultura moçambicano José Pacheco, o governo do país quer "repetir em Moçambique o que [os produtores rurais brasileiros] fizeram no cerrado [brasileiro] há 30 anos", em referência à grande expansão do agronegócio - especialmente da sojicultura - no Centro-Oeste brasileiro no último quartel

⁶ Entre os programas que não envolvem o Estado brasileiro, estão o da TechnoServe, o do governo da Noruega e os do governo do Moçambique (Moçambique Magazine, 19/10/2009).

do século XX. Há, portanto, o objetivo explícito de repetir no Moçambique o ocorrido no Brasil. A reportagem ainda informou que “os produtores vão a reboque da Embrapa, que mantém na área o projeto Pro-Savana”, o que indica a ligação entre as políticas bilaterais entre Brasil e Moçambique e a transnacionalização da sojicultura do Brasil para este país (Folha de São Paulo, 14/08/2011).

ProSavana é o nome de publicidade do Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique, envolvendo Brasil e Japão (como provedores de assistência) e o Moçambique (como receptor de ajuda)⁷. A ideia do ProSavana surgiu em julho de 2009, durante um encontro entre Taro Aso (Primeiro-Ministro do Japão) e o presidente brasileiro Lula na reunião de cúpula do G-8 na Itália, depois da publicação de um estudo da FAO e do Banco Mundial que destacava os potenciais das regiões de savana da África. O programa foi assinado pelo Brasil, Japão e Moçambique em setembro de 2009 e lançado em novembro de 2011 pelo Primeiro Ministro de Moçambique, Aires Bonifácio Ali. O projeto, que foca na região moçambicana conhecida como Corredor de Nacala, situada no norte do país, desdobra-se em três sub-projetos: (1) o Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala, cujo objetivo é o desenvolvimento e a transferência de tecnologia agrícola adequada na região, com duração de Abril de 2011 a Março de 2016; (2) o Projeto de Apoio ao Plano Diretor para o Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala, cujo objetivo é formular um plano diretor com vista ao desenvolvimento agrícola, que

⁷ A análise e as informações aqui apresentadas sobre o ProSavana foram em grande parte extraídas de Avelhan (2013), trabalho de conclusão do curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, realizado sob orientação do autor do presente capítulo.

contribua para o desenvolvimento social e econômico, no sentido de promover um sistema de produção sustentável e reduzir a pobreza no Corredor de Nacala, com especial atenção aos pequenos produtores. Este sub-projeto tem duração de Março de 2012 ao primeiro trimestre de 2014; (3) o Projeto de Criação de Modelos de Desenvolvimento Agrícola ao Nível das Comunidades com Melhoria do Serviço de Extensão Agrária com vista ao Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala, cujo objetivo é o aumento da produção agrária em diferentes áreas de cultivo por via da adopção de modelos de desenvolvimento agrário, com duração de Maio de 2013 a Maio de 2019.

Para se ter uma idéia da grande dimensão do ProSavana, o projeto cobrirá uma região de cerca de 14,2 milhões de hectares agricultáveis (EMBRAPA, 2011), atingindo diretamente 400 mil pequenos e médios agricultores e, indiretamente, 3,6 milhões de produtores rurais. Com dados da EMBRAPA e outras fontes, Avelhan (2013, p. 62) estimou que o ProSavana terá um orçamento total de aproximadamente 37 milhões de dólares, oriundos dos governos do Brasil, do Japão e do Moçambique .

Embora o ProSavana tenha uma vertente voltada à agricultura familiar e à produção de alimentos para consumo local e o Brasil tenha outros programas de cooperação com o Moçambique da mesma vertente⁸, o

⁸ "O "Sementes Tradicionais" é um projeto bilateral entre Brasil e Moçambique que pretende proporcionar aos agricultores, técnicos e lideranças comunitárias treinamento em procedimentos de resgate, multiplicação, armazenamento e uso de sementes nativas, com objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura de pequena escala. O "Programa Mais Alimentos" também é um projeto bilateral cujo objetivo é melhorar a produtividade de pequenas propriedades através de assistência técnica e de concessão de crédito para facilitar a compra de equipamentos e máquinas agrícolas brasileiras. O "Programa de Aquisição de Alimentos" é um projeto trilateral, pois conta com o apoio da FAO e do WFP (World Food

projeto tem um grande componente de promoção do agronegócio de exportação (Resumo Executivo ProSavana, 2011). Entre as chamadas "culturas de rendimento" (do agronegócio orientado para exportação), o projeto prevê a soja, o algodão, a castanha-de-caju, o amendoim, o gergelim e a cana-de-açúcar. Também há o incentivo à plantação de culturas para geração de biocombustível (ProSavana-PD Report, 2013). O ProSavana contribui para a transnacionalização da sojicultura brasileira para o Moçambique ao demonstrar a viabilidade do solo e do clima do país para o cultivo, ao fornecer variedades de soja adaptadas à região e ao treinar recursos humanos locais para o manejo da soja. No resumo executivo do ProSavana-TEC (chamado de ProSavana-PI em outros documentos), a soja é o único cultivo prioritário ao qual são atribuídas todas as linhas de pesquisa consideradas no projeto (uso de fertilizantes, tolerância às secas e irrigação, cadeias de valor, tecnologias pós-colheita, validação de sistemas de produção, microorganismos, variedades para cobertura de solos, manejos de cultivo, conservação em agricultura e correção de solos, monitoramento de pragas e doenças) (ProSavana-TEC Resumo Executivo 2011, p. 16-7). No segundo relatório dos projetos de rápido impacto do ProSavana, a sojicultura é considerada adequada para as áreas de baixa densidade populacional no Corredor de Nacala, onde a produção atenderá ao consumo e processamento local

Programme, que é vinculado à ONU), e busca combater a insegurança alimentar e fortalecer os mercados locais de alimentos" (Avelhan 2013, p. 46-7). No Moçambique, a EMBRAPA conduz - além do ProSavana - o projeto Plataforma (assinado em Maio de 2010, que busca fortalecer tecnológica e institucionalmente o Sistema de Investigação Agropecuária de Moçambique) e o projeto ProAlimentos (assinado em Janeiro de 2012, que objetiva auxiliar o governo moçambicano em suas políticas de segurança alimentar e, em conjunto com o Instituto de Investigação Agrária do Moçambique, melhorar a produção de hortaliças em diversas regiões do país) (Avelhan 2013, p. 47-9).

e também será exportada (ProSavana-PD Report n. 2 - Quick Impact Projects, Março 2013).

Além disso, existe uma estratégia de atração de investimentos privados para a região do Corredor de Nacala denominada Fundo Nacala. O Fundo Nacala não tem ligação formal direta com o ProSavana, mas as coincidências de atores envolvidos, alvo geográfico e período de implementação sugerem forte ligação entre ambos. A gestão do fundo é de responsabilidade da FGV Projetos, braço da Fundação Getúlio Vargas que foi selecionado pela ABC para implementar o sub-projeto do ProSavana relativo ao plano diretor para o Corredor de Nacala. No documento promocional do evento de lançamento do fundo, a FGV informa que “com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), da Embrapa, da Câmara de Comércio Brasil-Moçambique, do Ministério de Agricultura da República de Moçambique (MINAG), da Japan International Cooperation Agency (JICA) e da 4IGREEN, realiza, no próximo dia 04 de julho de 2012, em Brasília, o seminário para o Lançamento do Fundo de Investimentos em Agricultura para o Corredor de Nacala. O Fundo Nacala está alinhado às estratégias de atração de investimentos privados do programa ProSAVANA-JBM, realizado no âmbito da cooperação trilateral entre Japão, Brasil e Moçambique e segue as diretrizes do ProSAVANA-PD, Plano Diretor para o Desenvolvimento da Agricultura do Corredor de Nacala.” (FGV, 2012).

Estima-se que o Fundo Nacala arrecadará 2 bilhões de dólares de investidores (fundos de pensão e empresas do agronegócio), sendo 1 bilhão proveniente de captação brasileira e 1 bilhão de captação japonesa. A cota mínima de investimento é de 100 mil dólares e se espera um retorno inicial mínimo de 12% ao ano, com vistas a atingir uma alta rentabilidade anual de 20% a 22%.

Segundo o diretor da FGV Projetos, Cesar Campos, o fundo "deve contemplar a agricultura familiar de médio e grande porte" (AgBrasil, 04/07/2012) - note-se aqui o oxímoro "agricultura familiar de grande porte". O coordenador da mesma instituição, Cleber Guarany, afirmou que a região tem uma logística privilegiada, com "boas condições rodoviária, ferroviária e portuária para a escoação da produção. O país poderá exportar para todo o mercado asiático" (AgBrasil, 04/07/2012). Em outra entrevista, Guarany informou que "a expectativa de obter retorno elevado se justifica [...] porque não há no projeto custo de aquisição de terra, uma vez que em Moçambique o governo oferece a concessão de uso da terra por 50 anos, renováveis por mais 50" e que "a parte técnica do projeto será desenvolvida via arranjos produtivos — cooperativas ou consórcios — formados por produtores brasileiros e moçambicanos", tendo já havido "negociações com associações de produtores de soja, algodão, etc" (Valor, 04/07/2012)⁹. A partir destas afirmações, depreende-se que o foco do Fundo Nacala é o agronegócio de exportação (incluindo a sojicultura), ainda que com envolvimento de cooperativas e produtores de porte médio. Também se percebe o baixo custo da terra (em comparação ao observado no Brasil) como motivação para o investimento transnacional.

Uma das localidades do Corredor de Nacala é o distrito de Gurué. Em 2012, Gurué concentrava cerca de 20% da produção moçambicana de soja e tinha já milhares de agricultores de subsistência se beneficiando de rendas derivadas da produção de soja em pequena escala, mas também alguns grandes fazendeiros e conflitos por terra

⁹ No Moçambique, toda a terra pertence ao Estado e, de acordo com a Lei de Terras de 1997, não pode ser comprada ou vendida. Indivíduos, comunidades e empresas privadas ganham acesso à terra através da aquisição de "direitos de uso e aproveitamento da terra" (DUAT), os quais são normalmente concedidos por períodos de até 50 anos, renováveis por igual período (Clements e Fernandes 2012, p. 13).

em ascensão (Hanlon e Smart 2012, p. 1-2). Segundo o secretário permanente de Gurué, Tito Celestino, conflitos por terra já são um problema e tendem se agravar, pois há uma corrida por terra envolvendo investidores forâneos e produtores locais interessados no crescimento potencial da sojicultura (Hanlon e Smart 2012, p. 1). Entre as empresas agrícolas presentes na localidade está a Agromoz, que tem como um dos três sócios o Grupo Pinesso, uma grande empresa brasileira de soja (Agromoz 2012).

Segundo Clements e Fernandes (2012, p. 14, tradução livre), desde 2009 “tem havido um aumento brusco no número de empresas e organizações governamentais brasileiras ligadas aos setores agro-industrial e agro-energético - particularmente, SLC Agrícola, Petrobras Biocombustíveis, BMG e EMBRAPA - seja já conduzindo ou expandindo operações no país ou expressando publicamente sua intenção de investir no “solo fértil” do Moçambique no futuro próximo. Arlindo Moura, diretor-presidente da gigante SLC Agrícola, por exemplo, recentemente divulgou ao jornal brasileiro Valor Econômico a intenção de sua empresa ter operações funcionando e estar produzindo soja industrialmente no Moçambique antes de 2015. [...] A empresa é atualmente um dos maiores proprietários de terra no Brasil com uma área total de 250.000 de hectares [...] (Batista 2012) [...] Ademais, a família milionária brasileira Pentagna Guimarães, dona do Banco de Minas Gerais (BMG), também tornou público ao Valor Econômico seu envolvimento no desenvolvimento de um projeto para produzir soja no Moçambique”.

O agronegócio brasileiro mal chegou ao Moçambique, a reboque do auxílio oficial brasileiro ao país em programas de cooperação técnica, mas já tem gerado descontentamento entre organizações da sociedade civil ligadas ao campesinato. Em outubro de 2012, grupos

camponeses de Nampula, Zambezia, Niassa e Cabo Delgado ligados à União Nacional de Camponeses (UNAC) - a maior organização camponesa do país - publicaram uma carta em que criticam o ProSavana pela possibilidade de reassentamentos e expropriação de terras camponesas para dar lugar a monocultivos de larga escala (incluindo a sojicultura), pela chegada em massa de empresários rurais brasileiros procurando transformar camponeses moçambicanos em trabalhadores rurais, e pela possibilidade de aparecimento de comunidades sem-terra e de conflitos sociais frequentes no Moçambique (UNAC, 2012). Em setembro de 2013, a Plataforma Provincial da Sociedade Civil de Nampula, que coordena atividades locais de várias organizações da sociedade civil desde 2009, publicou uma declaração em que apóia a oposição da UNAC ao ProSavana e reconhece a legitimidade desta organização como maior entidade nacional de representação de camponeses no Moçambique (PPOSC-N, 2013). Estas organizações defendem que o ProSavana seja orientado totalmente para o suporte à agricultura familiar.

Tendo em vista a história da sojicultura no Paraguai, as expectativas da UNAC sobre os efeitos da expansão do agronegócio no Moçambique são bastante justificáveis. Como agravante, a densidade populacional no Paraguai (14,2 habitantes por quilômetro quadrado) é aproximadamente metade da do Moçambique (28,7 habitantes por quilômetro quadrado)¹⁰. Ainda que haja variações na densidade populacional dentro de cada país e em suas condições ecológicas, a grande diferença entre as médias nacionais de densidade populacional sugere que a pressão populacional por recursos naturais,

¹⁰ Dados obtidos nas páginas sobre Moçambique e Paraguai na Wikipedia (<http://en.wikipedia.org/wiki/Mozambique> e <http://en.wikipedia.org/wiki/Paraguay>, acesso em 12/06/2014).

incluindo a terra, é maior no Moçambique. Como amenizantes, há o regime de posse da terra no Moçambique, com base em concessões, que impede sua privatização plena, e medidas do ProSavana que procuram garantir que a implementação do projeto não cause expropriação camponesa. Entre estas medidas, está a incorporação de pequenos produtores rurais locais como contratados de empresas agrícolas (ProSavana-PD Report n. 2 - Quick Impact Projects, Março 2013, capítulo 4). Além disso, há o zoneamento agroecológico a partir do qual foram identificadas áreas de menor densidade populacional com terras inutilizadas, que serão destinadas ao agronegócio de exportação, e áreas mais ocupadas por camponeses, em que as iniciativas do ProSavana orientadas para a agricultura familiar serão focadas (ProSavana-PD Report n. 2 - Quick Impact Projects, Março 2013). Outra medida é o "Projeto para Registro de Terra (DUAT) de Pequenos e Médios Produtores Rurais", que objetiva garantir os direitos de posse de terra de camponeses (ProSavana-PD Report n. 2 - Quick Impact Projects, Março 2013, capítulo 3, página 45). O ProSavana reconhece que no Corredor de Nacala, "há aproximadamente 1.06 milhões de pequenos produtores rurais sem DUAT [...] o que tem contribuído para um aumento da incerteza sobre a posse da terra [...] e para o aumento em conflitos por terra [...] A questão da emissão de títulos de posse é considerada uma restrição a ser tratada antes de outras ações para fixar o produtor rural e requer ações de longo prazo [...] e de rápido impacto no curto prazo" (ProSavana-PD Report n. 2 - Quick Impact Projects, Março 2013, página 56, tradução livre). O ProSavana também prevê que, quando forem necessários reassentamentos involuntários de camponeses, estes serão propriamente compensados com recursos e condições para desenvolverem atividades sustentáveis em outros lugares, seguindo o conceito de "investimento agrícola responsável"

adotado pelo programa (ProSavana-PD Report n. 2 - Quick Impact Projects, Março 2013, capítulo 4, página 60). Ademais, o ProSavana contém mecanismos para a inclusão de comunidades locais no processo decisório e requer que instituições públicas e privadas associadas ao projeto respeitem os Princípios de Investimento Agrícola Responsável publicados pela FAO, IFAD, UNCTAD e Banco Mundial em 2010, entre os quais está a consulta às comunidades afetadas como pré-condição para aprovação dos projetos e para a incorporação de sua visão sobre desenvolvimento (ProSavana-PD Report n. 2 - Quick Impact Projects, Março 2013, capítulo 5). Por exemplo, em setembro de 2013, as equipes técnicas do Plano Diretor do ProSavana iniciaram consulta pública sobre a Nota Conceitual do plano, com o objetivo de apresentar as linhas mestras do plano e ouvir sugestões e dúvidas da comunidade local¹¹. No mesmo mês, as equipes do ProSavana realizaram consulta pública com governos provinciais e distritais, para fornecer informações sobre o projeto, promover um debate e incorporar recomendações dos governos locais (website ProSavana, acesso em 23/10/2013). Além disso, representantes das comunidades locais tem acento formal nos comitês executivos locais do ProSavana-PI, responsáveis pela parte operacional do projeto (mas não participam do comitê de coordenação e do comitê técnico, de caráter mais estratégico) (ProSavana-TEC Resumo Executivo 2011, p. 22-25). Todas estas medidas são vantagens decorrentes do caráter planejado do ProSavana, que explicitamente procura mitigar os impactos sociais e ambientais negativos que o projeto pode causar, em contraste com o caráter mais fragmentado e instável das políticas públicas que contribuíram para a transnacionalização da sojicultura brasileira para o Paraguai.

¹¹ Website ProSavana (<https://www.prosavana.gov.mz>), acesso em 23/10/2013.

Estas medidas, entretanto, enfrentam sérias limitações. No caso da inclusão de pequenos produtores em regime de "contract farming", o produtor rural retém o controle formal dos meios de produção e da terra, porém, em termos práticos, é um proletário rural para a empresa agrícola, sem soberania alimentar. Além disso, as críticas da União Nacional dos Camponeses de Moçambique (UNAC) e de outras organizações da sociedade civil ao ProSavana sugerem que as medidas tomadas até agora para inclusão das comunidades locais são insuficientes e que aqueles princípios de investimento responsável não estão sendo plenamente respeitados. A UNAC argumenta que o "modelo brasileiro para desenvolvimento agrícola da savana tropical que será replicado no projeto para o Moçambique causará a expropriação de terra de milhões de camponeses, exacerbando pobreza e levando a protestos sociais, como aconteceu no Brasil, levando ao fenômeno dos sem-terra" (Farmlandgrab.org, 24/10/2013, tradução livre). Na declaração pública de 2012 sobre o ProSavana, a entidade crítica "a maneira como o programa ProSavana foi elaborado e o modo como se pretende que ele seja implementado no Moçambique, que tem sido caracterizado por transparência reduzida e exclusão de organizações da sociedade civil ao longo do processo, especialmente organizações camponesas" (UNAC, 2012, tradução livre). Em Setembro de 2013, cinco ONGs do Japão (incluindo filiais da ATTAC e da OXFAM) publicaram uma carta - endossada por outras 31 organizações japonesas - em que questionam a legitimidade do ProSavana por não incluir suficientemente organizações camponesas do Moçambique em seu processo de elaboração, especialmente a UNAC, por ser a principal organização camponesa do país (ATTAC Japão et al., 2013). As entidades ainda afirmam que, apesar de manifestações dos patrocinadores do ProSavana a favor da inclusão de

comunidades locais no processo de formulação e implementação do projeto, “a elaboração do master plan, a preparação dos Quick Impact Projects (QIP) [...] e dos projetos pilotos financiados pelo ProSavanna Development Initiative Fund (PDIF) continuaram, assim como sua implementação, sem parecer prévio [das comunidades locais]. A publicação de informações continua limitada, e nem a transparência nem a responsabilidade pública melhoraram no processo” (ATTAC Japão et al., 2013). Além disso, entidades camponesas locais questionam a premissa do ProSavana de que há vastas áreas de terra inutilizadas, quando “a realidade local mostra que” tais áreas são atualmente utilizadas por camponeses praticando “shifting cultivation” (agricultura de pousio: um método agrícola em que lotes de terra são cultivados temporariamente e depois abandonados para reverterem à sua vegetação natural enquanto o produtor rural se move para outro lote) (UNAC, 2012).

Diante disto, organizações camponesas do Moçambique tem mobilizado conexões transnacionais com movimentos sociais e ONGs baseadas em outros países para resistir às limitações efetivas e potenciais aos direitos camponeses implicadas no ProSavana. Segundo Calisto Ribeiro, líder da Associação Rural de Assistência Mútua de Nampula, camponeses em Gurué, Ribaué e Mogovolas têm cedido terras para os projetos de impacto rápido implementados no âmbito do ProSavana (incluindo ensaios com variedades de soja), recebendo como compensação apenas cerca de 12 euros por hectare, o que tem causado conflitos e gerado resistência (Deutsche Welle, 12/10/2013). Em sinal da transnacionalização da mobilização camponesa, Ribeiro afirmou que “nós fomos para o Brasil, onde tiramos imagens [do agronegócio no Cerrado brasileiro], e começamos a reivindicar e a repudiar o programa” (Deutsche Welle, 12/10/2013). Em Agosto de 2013,

ocorreu em Maputo a Conferência Triangular dos Povos frente ao ProSavana, organizada por organizações sociais dos três países cujos Estados realizam o ProSavana (Brasil, Japão e Moçambique) (Brasil de Fato, 13/08/2013). Em Outubro de 2013, um dos principais líderes do MST visitou o Moçambique para reforçar a mobilização da UNAC contra o ProSavana. Ele foi o palestrante de honra na Segunda Conferência Internacional de Camponeses sobre a Terra, ocorrida em Maputo naquele mês (Sapo News, 21/10/2013). Na Quinta Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD), ocorrida em Maio de 2013, representantes do Moçambique entregaram em mãos ao primeiro-ministro japonês Shinzo Abe a “carta aberta” que 23 organizações representando agricultores e grupos religiosos do Moçambique (incluindo a UNAC) haviam publicado em oposição ao ProSavana (ATTAC Japão et al., 2013). Estas não são as primeiros ou únicas iniciativas de cooperação transnacional envolvendo organizações camponesas do Moçambique¹², mas mostram como sua articulação transnacional é intensificada diante de ameaças do capital transnacional.

4. Considerações finais

A partir dos anos 1960, a acumulação de capital no meio rural brasileiro através de monoculturas, especialmente a da soja no sul do país, gerou um excedente de capitais e pessoas que passou a ser exportado, primeiro para o Paraguai e, mais recentemente, para o Moçambique. Nestes dois países, o agronegócio transnacional

¹² Vide, por exemplo, projeto de conservação de sementes nativas em que a UNAC e o Movimento de Pequenos Agricultores do Brasil (MPA) colaboram sob o amparo da Via Campesina (Via Campesina 2013, p. 10-13).

reproduziu as tendências sociais excludentes que já apresentava no Brasil. As tendências sociais excludentes do agronegócio, que já haviam despertado a resistência de movimentos sociais rurais e indígenas no Brasil, passaram a também provocar conflitos entre comunidades camponesas e nativas, de um lado, e grandes latifundiários e empresas agrícolas, no outro, tanto no Paraguai quanto no Moçambique. Este processo é integral ao que Evans (2008) entende como globalização hegemônica. Com o tempo, movimentos sociais baseados no Brasil, no Paraguai e no Moçambique passaram a forjar laços transnacionais, em sua resistência comum contra o agronegócio transnacional e em defesa da soberania alimentar. Este processo é integral ao que Evans (2008) entende como globalização contra-hegemônica. Assim, para onde vai o capital, vai o conflito. Com inspiração em Marx, podemos dizer que a dialética entre globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica é o motor da história em seu nível global.

Na dialética entre hegemonia e contra-hegemonia na cadeia mundial da soja, os Estados não exerceram um papel neutro. A transnacionalização da sojicultura para o Paraguai e para o Moçambique foi fomentada por políticas bilaterais de ambos os países com o Estado brasileiro. Entretanto, a conseqüente desnacionalização dos territórios e os conflitos sociais associados à expansão do agronegócio logo geraram desafios para os próprios Estados, como já é patente nas dificuldades dos Estados brasileiro e paraguaio em lidar com os problemas das comunidades brasiguaias. Futuras pesquisas poderão investigar em que medida os dispositivos do ProSavana para participação popular, mitigação da degradação ambiental e promoção da segurança alimentar local - assim como o regime de terras moçambicano - serão efetivamente aplicados e capazes de prevenir os conflitos

sociais e a violência no campo que hoje se observa no Paraguai.

Finalmente, a partir da análise histórico-comparativa aqui apresentada, pode-se questionar certas narrativas sobre os efeitos da ascensão de potências emergentes (como o Brasil e a China) sobre as hierarquias mundiais de riqueza e poder. A transnacionalização do agronegócio da soja do Brasil para o Paraguai e para o Moçambique não é fomentada apenas por contradições geradas na acumulação de capital no seu ponto de origem (Brasil). No outro extremo da cadeia mundial da soja, a China aparece como principal centro consumidor do produto, para onde se destina a maior parte da soja exportada do Brasil, do Paraguai e, num futuro próximo, do Moçambique. Especificamente, minha análise permite questionar as narrativas que tratam estas potências como atores unitários. O que se entende no discurso acadêmico, político e midiático como a ascensão de potências emergentes é, historicamente, uma combinação de múltiplos processos, com tendências contraditórias, capitaneados por uma pluralidade de sujeitos. Enquanto alguns destes processos tendem a reproduzir desigualdades sociais em nível local e sistêmico (como a transnacionalização do agronegócio brasileiro apoiada por políticas públicas), outros tendem a desafiá-las (como a cooperação internacional Sul-Sul na agricultura familiar). O presente estudo aponta para a necessidade de metodologias que considerem esta diversidade, de modo que aquelas tendências contraditórias apareçam não como surpresas ou anomalias, mas como padrões previsíveis a partir das noções de globalização hegemônica e contra-hegemônica. Tais metodologias devem superar o “nacionalismo metodológico” que, aplicado à problemática das potências emergentes, implica tratá-las como blocos monolíticos, como se fosse possível falar na ascensão de um único Brasil ou de uma única China. Há

uma literatura crescente sobre a presença “brasileira” e “chinesa” na agricultura “africana” que precisa deixar de olhar para “nações que se relacionam” e passar a olhar para “processos relacionais ocorrendo através de fronteiras nacionais” (ainda que, como mostrei acima, sob a intervenção de Estados nacionais). Por isto, no presente trabalho, ao invés de falar na “presença brasileira no Paraguai” ou na “presença brasileira no Moçambique”, falei sobre o processo de transnacionalização do agronegócio da soja, que se instancia no Paraguai e no Moçambique, e do processo correspondente de transnacionalização da resistência camponesa-indígena, que se instancia nos três países.

5. Referências

ABC COLOR. 17/04/2013. ““Brasiguayos” piden paz al próximo presidente,” Disponível em <http://www.abc.com.py/nacionales/brasiguayos-piden-paz-al-proximo-presidente-561757.html>; acessado em 28/05/2014.

AGBRASIL. 04/07/2012. “Brasil e Japão criam fundo de investimento para produção de alimentos em Moçambique,” Disponível em: <http://www.ecofinancas.com/noticias/brasil-japao-criam-fundo-investimento-para-producao-alimentos-mocambique>; acessado em 14/06/2014.

AGROMOZ. 2012. “Agromoz - Grupo agrícola interessado na cultura de milho e algodão no país,” Disponível em <http://www.pinesso.com.br/noticias/agronegocio/agromoz-grupo-agricola-interessado-na-cultura-de-milho-e-algodao-no-pais>; acessado em 11/06/2014.

ATTAC Japão et al. 2013. Japanese civil society statement on ProSAVANA Call for an Immediate Suspension and

Fundamental Review. 10 de Novembro. Disponível em: http://www.ajf.gr.jp/lang_en/ps20130930statement_en.html; acessado em 14/06/2014.

AVELHAN, Livia. 2013. A presença brasileira na África: um estudo sobre o Programa Embrapa-Moçambique. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Relações Internacionais. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

BATISTA, F. 2012. "SLC quer triplicar de tamanho até 2020," Valor Econômico (09/02/2012), Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/2523758/slc-quer-triplicar-de-tamanho-ate-2020>; acessado em 28/07/2012.

BBC. 27/06/2012. "Paraguay: los 'brasiguayos'. la voz del nuevo gobierno para seducir a Brasil," Disponível em http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2012/06/120627_paraguay_crisis_franco_lugo_brasil_brasiguayos_jg.shtml; acessado em 28/05/2014.

BRASIL DE FATO. 13/08/2013. "Camponeses erguem suas vozes e mudam o jogo no ProSavana," Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/17786>; acessado em 14/06/2014.

CHIAVENATO, J. J. 1980. Stroessner: retrato de uma ditadura. São Paulo: Brasiliense.

CLEMENTS, Elizabeth e Bernardo M. Fernandes. 2012. "Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique," Trabalho apresentado na II International Conference on Global Land Grabbing, 17-19 de Outubro, Ithaca, Nova York.

COSTA, Jessica. 2009. "As relações bilaterais Brasil-Paraguai e a problemática dos "brasiguaios"," Revista *Habitus* (IFCS/UFRJ), v. 7, n. 1, pp. 56-71.

DEUTSCHE WELLE. 12/10/2013. "CONTRASTE: "Não existem terras livres para o ProSavana" critica Calisto Ribeiro,"

Disponível em: <http://dw.de/p/19w7b>; acessado em 11/06/2014.

EMBRAPA. 2011. Apoio ao Sistema de Inovação no Setor Agropecuario (Moçambique). Disponível em: <http://www.cnpmf.embrapa.br/destaques/Mocambique.pdf>; acessado em 14/06/2014

EVANS, Peter. 2008. "Is an Alternative Globalization Possible?" *Politics & Society*, v. 36, n. 2, pp. 271-305.

FABRINI, João. 2012. "Conflitos de terra na fronteira Brasil-Paraguai e luta dos brasiguaios," Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia, Minas Gerais, 15-19 de Outubro.

Farmlandgrab.org. 24/10/2013. "Mozambique's ProSavana programme – "Open your eyes, you'll lose your land," warns a Brazilian 'sem-terra'," Disponível em: <http://farmlandgrab.org/22729>; acessado em 14/06/2014.

FÁTIMANEWS. 27/06/2012. "Paraguai: 5 mil famílias ocupam propriedades do brasileiro rei da soja," Disponível em

http://www.fatimanews.com.br/noticias/paraguai-5-mil-familias-ocupam-propriedades-do-brasileiro-rei-da-soja_135324/; acessado em 28/05/2014.

FGV. 2012. Fundo Nacala, Brasília 4 de Julho de 2012, Programa Preliminar (Material publicitário de divulgação do evento).

FIGUEREDO, Oscar e Lovois Miguel. 2006. "A modernização da agricultura e os brasiguaios no Paraguai," Trabalho apresentado no 44o Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), Fortaleza, Ceará.

FOGEL, Ramón e Marcial Riquelme. 2005. Enclave Sojero: Merma de Soberanía y Pobreza. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios (CERI).

_____. 2005. "Efectos socioambientales del enclave sojero," In: Fogel, Ramón e Marcial Riquelme. Enclave Sojero: Merma de Soberanía y Pobreza. Asunção: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios (CERI).

Folha de São Paulo. 11/01/2009. "Amorim critica situação de brasiguaios," Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1101200912.htm>; acessado em 28/05/2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. 14/08/2011. "Moçambique oferece terra à soja brasileira," Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1408201102.htm>; acessado em 28/04/2013.

_____. 23/08/2012. "Em 60 dias, Franco reverte ações de Lugo," Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/62370-em-60-dias-franco-reverte-acoes-de-lugo.shtml>; acessado em 28/05/2014.

FOLHA ON LINE. 02/02/2001. "Paraguai começará a pagar royalties sobre uso da soja brasileira," Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u14372.shtml>; acessado em 28/05/2014.

GINESTA, J. et. al. 1999. El Mercosur y su contexto regional e internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

GLAUSER, Marcos. 2009. Extranjerización del territorio paraguayo. Asunção: BASE Investigaciones Sociales.

HANLON, Joseph e Teresa Smart. 2012. "Soya boom in Gurúé has produced a few bigger farmers," Small farmers or big investors? The choice of Mozambique Research Report 1. The Open University. Disponível em: [http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Soya_boom_in_Gurue_Hanlon-Smart_updated-2013\(1\).pdf](http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Soya_boom_in_Gurue_Hanlon-Smart_updated-2013(1).pdf); acessado em 11/06/2014.

HARVEY, David. 2012. *O Novo Imperialismo*. 6ª edição. São Paulo: Edições Loyola.

LA NACION. 31/12/2013. "Ajustes de agenda en reunión de ministros en la cancillería," Disponível em: <http://lanacion.com.py/articulo/151659-pediran-al-brasil-agilizar-el-paso-fronterizo-a-la-exportacion-de-soja.html>; acessado em 28/05/2014.

MOÇAMBIQUE MAGAZINE. 19/10/2009. "Nampula exporta 200 toneladas de soja," Disponível em: <http://mocmagazine.blogspot.com.br/2009/10/nampula-exporta-200-toneladas-de-soja.html>; acessado em 14/06/2014.

MORA, Carlos. 2006. "Participación y organizaciones campesinas en Paraguay," In: Grammont, Hubert. *La construcción de la democracia en el campo latinoamericano*. Buenos Aires: CLACSO.

NEW YORK TIMES. 13/11/2013. "Guerrillas Step Up in Campaign in Paraguay," Disponível em http://www.nytimes.com/2013/11/14/world/americas/guerrillas-step-up-campaign-in-paraguay.html?_r=0; acessado em 28/05/2014.

Nyeléni Forum for Food Sovereignty. 2007. *Declaration of the Forum for Food Sovereignty*. Selingué,

Mali, 23–27 de Fevereiro.

PALAU, Tomás, Daniel Cabello, An Maeyens, Javiera Rulli e Diego Segovia. 2007. *Refugiados del modelo agroexportador. Impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas*. Asunção: BASE Investigaciones Sociales.

PPOSC-N. 2013. *The Nampula Civil Society Provincial Platform*, Press Release. 30 de Setembro. Disponível em: <http://farmlandgrab.org/post/view/22655>; acessado em 14/06/2014.

PRIORI, Angelo e Roberto Klauk. 2010. "O retorno dos brasiguaios," *Revista Espaço Acadêmico*, n. 109 (junho), pp. 95-102.

PROSAVANA-PD REPORT n. 2. 2013. Triangular Cooperation for Agricultural Development of the Tropical Savannah in Mozambique. Report n. 2, Quick Impact Projects. Disponível em: <http://www.grain.org/attachments/2747/download>; acessado em 19/07/2013.

Resumo Executivo ProSavana. 2011. Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala em Moçambique. ProSavana-TEC. BRA/04/044 JBPP/PCJ/008-JBM. Disponível em: <http://www.undp.org.br/Extranet/SAP%20FILES/MM/2011/14740/PROSAVANA-TEC%20-%20RESUMO%20EXECUTIVO.pdf>; acessado em 14/07/2013.

SEITENFUS, Ricardo. 2008. "Líder solidário ou potência egoísta? Os dilemas do Brasil frente ao novo Paraguai," *Revista Interesse Nacional* (Agosto).

SILVER, Beverly. 2003. *Forces of Labor: Workers' Movements and Globalization since 1870*. Cambridge: Cambridge University Press.

SPRANDEL, Marcia. 2006. "Brasileiros na fronteira com o Paraguai," *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, pp. 137-156.

TECHNOSERVE. 2012. *Boletim Soja*, n. 9 (13 páginas), Moçambique.

WALLERSTEIN, Immanuel. 2012. "Land, Space, and People: Constraints of the Capitalist World-Economy," *Journal of World-Systems Research*, v. XVIII, n. 1, pp. 11-19.

WITTMAN, Hannah. 2011. "Food Sovereignty: A New Rights Framework for Food and Nature?" *Environment and Society: Advances in Research*, n. 2 (2011), pp. 87-105.

ULTIMA HORA. 31/10/2008. "Lula agradece a Lugo por defender a brasiguayos," Disponível em: <http://www.ultimahora.com/lula-agradece-lugo-defender-brasiguayos-n167311.html>; acessado em 28/05/2014.

UNAC. 2012. UNAC Statement on the ProSavana Programme. Nampula (Moçambique), 11 de Outubro. Disponível em: <http://www.landaction.org/spip.php?article668&lang=en>; acessado em 14/06/2014.

VALOR ECONÔMICO. 04/07/2012. "Fundo de investimento da FGV quer captar US\$ 2 bi para investimentos em Moçambique," Disponível em: <http://www.valor.com.br/imprimir/noticia/2738490/agro/2738490/fundo-da-fgv-quer-captar-us-2-bi-para-investimentos-em-mocambique>; acessado em 14/06/2014.

VEJA. 04/05/2005. "Fora, brasiguaios!" Disponível em: http://veja.abril.com.br/040505/p_166.html; acessado em 20/08/2013.

VIA CAMPESINA. 2013. "Mozambique: One Experience in Recovering, Reproducing, Selecting and Conserving Native Seeds - National Farmers Union of Mozambique (UNAC) and the Movement of Small Farmers of Brazil (MPA)," Notebook La Via Campesina, n. 6. Jakarta.